



Hoje falamos de..

Bibliotecas no limiar do Estado Novo

por Rui M. Neves, Bibliotecário Municipal

Durante os dezasseis de vigência da Primeira República verifica-se um grande dinamismo o qual proporcionou um notável incremento das bibliotecas protagonizada pela Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis que nos legou um programa de acção bem definido e delineado (a coexistência entre de uma cultura erudita e uma acção política de instrução do povo via a criação de uma rede de bibliotecas populares e móveis com cobertura territorial nacional) suportado por um enquadramento legal que materializava uma visão moderna e prospectiva tanto do ponto de vista político como organizacional e técnico.

Decorrente da mudança de regime político, iniciada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, verificou-se a reestruturação dos serviços da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis com a publicação do Decreto nº 13:726 de 27 de Maio de 1927. Neste normativo afirma-se a necessidade de seguirmos, "(...) com modéstia compatível com os minguados recursos do Tesouro Público(...)" o modelo anglo-saxónico de um serviço de leitura nacional assente em bibliotecas fixas e circulantes onde se destaca o empréstimo domiciliário, o qual é "(...) utilíssimo aos trabalhadores". E mais se afirma que "(...) nunca, efectivamente, como agora será útil à situação do País este sistema, porque o custo do livro e do jornal foi elevado extraordinariamente, donde resulta que o grande público somente poderá ler nas bibliotecas."

Para operacionalizar esta política ficou a Biblioteca Popular de Lisboa incumbida de realizar no país um serviço de leitura pública, quer nas salas da sua sede, quer nas sucursais que venha a ter no país, bem como a organizar um sistema de bibliotecas circulantes e móveis [artigo 1º] e por intermédio da Inspeção fará um entendimento com os municípios de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e outros centros importantes, e ainda com quaisquer entidades colectivas ou particulares que mantenham bibliotecas abertas ao público, a fim de melhorar e actualizar o seu serviço de leitura [artigo 4º].

No entanto verificamos uma gradual desresponsabilização do Estado relativamente ao sector bibliotecário em análise como se comprova no preâmbulo da já referida legislação "(...) as bibliotecas populares vão ficar com receita própria, fornecida pelas regiões que elas vão directamente interessar. O Estado apenas ficará com o encargo de lhes dar o primeiro impulso, continuando a depender com elas pouco mais do que até aqui estava gastando".

À tendência referida anteriormente vão-se juntado outras numa perspectiva centralista, conservadora e de controlo, onde o legislador afirma: É absolutamente vedado fornecer ao público das bibliotecas populares e móveis quaisquer livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado. A fiscalização do que se prescreve neste artigo cabe ao inspector das bibliotecas móveis, ao director da Biblioteca Popular de Lisboa e a todos os cidadãos no uso pleno dos seus direitos políticos [artigo 21º]. Tempos sombrios estavam para chegar às bibliotecas...



10 de Dezembro de 2011 | Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva | Auditório | 16H00

Apresentação do livro **É a Lei da Vida**

de Francisca Zambito

Francisca Zambito, autora montijense, com dois volumes já publicados, um de prosa e outro de poesia, promove agora na Biblioteca Municipal do Montijo o seu mais recente livro "É a Lei da Vida". Como indica o próprio nome, a obra é um reflexo do quotidiano, dos encontros e desencontros, dos Amores e dos desamores.

Exposições

Para continuar a ver, até 21 de Janeiro de 2012 | Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva

Instantâneos

exposição de fotografia de João Barroso

A Biblioteca Municipal recebe os seus leitores com esta exposição de fotografia de João Barroso. Esta é uma paixão que partilha com o seu avô, Manuel Giraldes da Silva, patrono da Biblioteca com o seu nome, por isso, em jeito de homenagem, também poderão ser apreciadas algumas fotos daquele, premiado no 1º Salão Fotográfico das Festas Populares de S. Pedro, em 1954.



Para continuar a ver, até 07 de Janeiro de 2012 | Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva | Sala de Leitura

Cesário Verde: Ciclo de Autores de Língua Portuguesa

Com Cesário Verde a Biblioteca Municipal dá início a um ciclo de Autores de Língua Portuguesa. Pretende-se com esta exposição, através de um conjunto de textos bio-bibliográficos, ilustrados com imagens, retratar a vida deste poeta português do século XIX.



Fado, Património imaterial da Humanidade, decisão da UNESCO de 27 de Novembro de 2011.

O fado não é apenas uma canção acompanhada à guitarra. É a própria alma do povo português. Ouvindo as palavras de cada fado pode sentir-se a presença do mar, a vida dos marinheiros e pescadores, as ruas e becos de Lisboa, as despedidas, o infortúnio e a saudade. A grande companheira do fado é a guitarra portuguesa. Juntos, fado e guitarra, contam a essência de uma história ligada ao mar.

O fado, por ser de todos os portugueses, está na taberna e no salão aristocrático. Surgido na primeira metade do século passado, depressa se tornou na canção popular de Lisboa. Desde então, manteve sempre as suas características de expressão de sentimentos associados à fatalidade do destino.

A canção emblemática de Lisboa é também indissociável dos seus bairros mais típicos. Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa são os seus mais autênticos berços. Por esta razão, ouvir o fado é conhecer Lisboa. É também conhecer os portugueses, no mais profundo da sua alma.

A Biblioteca Municipal de Montijo dispõe de algumas obras sobre esta temática, das quais apresentamos "Para uma história do fado", por Rui Vieira Nery".

